



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2018

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto Judiciário nº 552/2017, datado de 15/02/2017, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO**, por lote, conforme disposições fixadas neste edital e seu(s) anexo(s). Tal procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Federais de nº 3.555/2000, 3.693/2000 e 5.450/2005, Decreto Estadual nº 7.468/2011 e, subsidiariamente, às normas da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 17.928/2012, em atendimento ao processo administrativo de nº 201709000055170.

DATAS E HORÁRIOS

Recebimento das propostas : a partir das 08h00 do dia 23/02/2018

Abertura das propostas : a partir das 08h00 do dia 26/02/2018

Início da disputa de preços : às 16h00 do dia 26/02/2018

OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento mensal de água mineral sem gás, acondicionada em garrações de 20 l, incluindo o serviço de entrega e o empréstimo dos vasilhames, para atender as necessidades das Comarcas de Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, sob demanda e pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificado no(s) anexo(s) deste Edital.

RECURSOS FINANCEIROS

2. A despesa decorrente desta contratação é estimada em R\$ 490.956,00 (Quatrocentos e noventa mil, novecentos e cinquenta e seis reais) e correrá à conta do Programa de Trabalho 2018.0452.02.061.4001.4001 (Apoio administrativo), no elemento de despesa 3390.30.09 (Gêneros Alimentícios), constante do vigente orçamento.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS



e-mail: rjayme@tjgo.jus.br

fores : (062) 3236 2433 ou (062) 3236 2435

3. Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de compreensão ou interpretação do edital e seus anexos, deverão ser formulados por escrito, ao Pregoeiro, preferencialmente via e-mail, em até 3 (três) dias úteis antecedentes à apresentação das propostas.

4. As consultas serão respondidas e publicadas no site do Tribunal de Justiça (www.tjgo.jus.br), na página da licitação, no link Relatório 2018.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

5. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

6. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, nomeado(a) Pregoeiro(a), designado(a) pelo Decreto Judiciário nº 552/2017, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema “licitações-e” constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório através de petição de impugnação a ser encaminhada ao Pregoeiro, via e-mail, assinada e digitalizada, ou ao Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

8. Não será admitida a impugnação do Edital via fax.

9. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da petição via e-mail ou após o recebimento da petição pela Secretaria da Comissão Permanente de Licitação.

10. Acolhida a petição contra o ato convocatório, serão designadas novas datas para a realização do certame.

11. Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pela empresa interessada.



RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTA

12. O interessado deverá observar as datas e os horários limites previstos para apresentação e abertura da(s) proposta(s), atentando também para a data e horário de início da disputa.

REFERÊNCIA DE TEMPO

13. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

14. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

15. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) não possuam, em seu objeto social, a faculdade para prestação/comercialização dos serviços/produtos objeto desta licitação;
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás por qualquer órgão da administração pública;
- c) sejam declarados inidôneos em qualquer esfera da Administração Pública;
- d) estejam sob falência, concordata, recuperação judicial, dissolução ou liquidação.

CRENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

16. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

17. Para fins da obtenção de senhas, conforme o item anterior, as pessoas jurídicas ou empresas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar demais atos e operações no sistema licitações-e.

18. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa



proponente, deverá apresentar, junto ao Banco do Brasil, cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

19. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.

20. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

21. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

22. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

23. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site <http://www.licitacoes-e.com.br>, opção “**Acesso Identificado**”.

24. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O interessado será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

25. Em cumprimento ao Art. 7º da Lei 17.928/2012, os itens com valor total estimado em até R\$80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

26. Serão reservadas, ainda, cotas de 25% (vinte e cinco por cento) de cada um dos itens para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, atendendo ao estabelecido no Art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012. Tais cotas serão dispostas no edital e no sistema do Banco do Brasil (licitações-e) como itens individuais, exclusivamente destinados às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

27. Não havendo vencedor para cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde



que pratiquem o preço do primeiro colocado.

28. Na hipótese de uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

29. O certame será conduzido pelo Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

30. A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

31. Quando da apresentação da proposta, para análise e aceitabilidade do Pregoeiro(a), deverá ser informado, no campo de apresentação das propostas, a descrição dos serviços ofertados e os valores unitários e totais do item e o total do lote. O descumprimento implicará na desclassificação da proposta e consequente impossibilidade de participação na fase de lances.

32. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

33. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

34. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, mesmo que não supere o lance de menor valor registrado pelas



concorrentes.

35. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

36. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja considerado manifestamente inexequível.

37. A etapa de lances da sessão pública será dividida em duas fases sendo a primeira, conduzida e encerrada pelo Pregoeiro(a) mediante aviso de fechamento iminente dos lances, e a segunda, resultante do transcurso de tempo randômico, de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

38. Facultativamente, o Pregoeiro(a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do tempo randômico. Após o encerramento da fase de lances, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, buscando a obtenção de melhor oferta, bem como decidir sobre sua aceitação.

39. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, momento em que será informado, automaticamente, a condição de empate técnico, em função do benefício concedido pela Lei Complementar nº 123/2006, às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

40. Entende-se por empate, na modalidade pregão, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

41. O sistema informará também, quando for o caso, a proposta de menor preço após negociação e decisão pelo Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

42. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

43. A proponente, primeira classificada, deverá apresentar obrigatoriamente, via e-mail – rjayne@tjgo.jus.br, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos após o fechamento da sala de disputa, a proposta de preços atualizada e a documentação para fins de análise e habilitação. **Todos os documentos deverão ser originais, assinados e encaminhados em extensão “pdf”.** Após o recebimento o Pregoeiro verificará o cumprimento das exigências contidas neste Edital.



44. Estando a documentação e a proposta de preços em conformidade com as exigências do Edital, a licitante será declarada vencedora do certame no sistema licitações-e.

45. Os documentos remetidos por meio eletrônico poderão ser solicitados, à qualquer momento, na forma original, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

46. Será desclassificada a empresa que descumprir o prazo estabelecido, sendo facultado ao Tribunal de Justiça convocar a(s) empresa(s) remanescente(s), obedecida a ordem de classificação.

47. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e, em sendo aceita a proposta, avaliará a habilitação do participante, situação essa que acontecerá sucessivamente, até a apuração de uma proposta aceitável e de documentação que atenda às exigências do Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

48. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

49. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, por lote, observadas as especificações contidas neste Edital.

50. Em obediência ao disposto no art. 40, X, da Lei nº 8.666/93, serão considerados, como preços máximos aceitáveis, os valores unitários e global orçados pela Administração.

51. Será desclassificada proposta manifestamente inexecutável, assim entendida a que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

52. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

53. A proposta atualizada deverá conter:



- a) nome ou razão social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail);
- b) especificação dos produtos ofertados, com indicação de marca, referência se houver e outros elementos indispensáveis à precisa caracterização de cada um dos itens atendendo às especificações constantes do(s) Anexo(s) deste Edital;
- c) valores unitário e total do(s) item(s) e valor total do lote;
- d) validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias e;
- e) data e assinatura da proponente.

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA HABILITAÇÃO

54. Para habilitação a licitante deverá apresentar documentação abaixo discriminada, colocada na ordem sequencial deste Edital.

54.1. documentação relativa à habilitação jurídica:

- a) prova de constituição da empresa, apresentada da seguinte forma:
 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis;
 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, se a atividade relativa ao objeto desta licitação assim o exigir;
- b) comprovação da condição de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE através de “Declaração de Enquadramento” devidamente certificada pela Junta Comercial competente ou certidão que comprove tal condição, emitida pela Junta Comercial, em período não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação das propostas.

b.1) no que tange à declaração de enquadramento ou certidão de comprovação da qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte não será aceita outra documentação senão aquela emitida e/ou certificada (deferida) pela Junta Comercial competente, consoante determinação do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 22/05/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).

54.2. documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal do domicílio ou



sede da empresa interessada mediante Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União bem como as Contribuições Sociais;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual do domicílio ou sede da empresa interessada, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás;

f) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da empresa interessada, expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber;

g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho;

54.2.1. Para as licitantes com sede em Estados Federativos em que a comprovação da regularidade junto à Fazenda Pública Municipal se dê através de duas certidões, uma relativa a tributos mobiliários e outra a tributos imobiliários, somente será exigida, para a habilitação neste certame, a primeira.

54.3. documentação relativa à qualificação técnica:

a) comprovação da capacitação técnico-operacional da empresa através de atestados, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando, de forma satisfatória, o fornecimento/prestação dos produtos/serviços com características semelhantes às do objeto deste Edital.

b) Autorização da Vigilância Sanitária para funcionamento da empresa;

c) Laudo de instituição oficial certificando a propriedade ou concessão da fonte da água a ser fornecida para consumo;

d) Laudo de análise físico-química e/ou bacteriológica da água.

54.4. documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

a) certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da empresa, emitida num período máximo de trinta (30) dias anteriores à data de realização do certame;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

54.4.1. Serão considerados aceitos o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial;

b) publicados em jornal;



c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

d) por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

54.4.2. As empresas constituídas no presente exercício civil, deverão apresentar o balanço de abertura ou o último balanço patrimonial levantado.

54.5. declarações:

a) declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame;

b) declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação;

c) declaração de fiel observância do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal nº 9.854/99, art. 1º, na forma seguinte:

“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, não ter em nosso quadro de empregados qualquer trabalhador menor de 16 (dezesseis) anos de idade, exceto maiores de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. Declaramos ainda que nenhum trabalhador menor de 18 (dezoito) anos exerce trabalho noturno, perigoso ou insalubre em nossa empresa.”

d) Declaração da proponente, de não possuir vínculo com o Poder Judiciário, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07, alterada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, na forma seguinte:

“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, ter conhecimento da vedação da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a esse Tribunal.”

e) Declaração da proponente, de não possuir vínculo com o Poder Judiciário, nos termos do art. 4º da Resolução nº 156/2012, do Conselho Nacional de Justiça, na forma seguinte:

“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, ter conhecimento da vedação da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a ter entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal de Justiça para o exercício de função de chefia, pessoas que incidam na vedação constante dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça.”

55. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em



substituição aos requeridos no presente Edital e seu(s) Anexo(s).

56. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seu(s) Anexo(s), o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

57. Os documentos de regularidade fiscal e trabalhista terão seus prazos de validade adstritos aos estabelecidos pelos respectivos órgãos expedidores. Caso não apresentem prazo de validade, somente serão aceitos se expedidos num período máximo de 60 (sessenta) dias antecedentes à apresentação das propostas com exceção do CNPJ que não tem validade estabelecida.

58. Havendo qualquer restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação em virtude do benefício concedido pela Lei Complementar Estadual nº 117/2015, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

59. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato.

60. A prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não será considerada como documento concernente à regularidade fiscal para fins do item anterior.

61. A licitante que apresentar, junto aos documentos de habilitação, o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em período não superior a 30 (trinta) dias anteriores à apresentação da proposta no sistema "licitações e", ficará isenta da apresentação da documentação relativa à regularidade jurídica e fiscal.

62. O Certificado de Registro Cadastral (CRC), somente será emitido mediante o atendimento pleno de todos os documentos exigidos para o cadastro. Não serão emitidos certificados com pendências.

63. Uma vez apresentado o Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o Pregoeiro determinará, à Comissão de Registros Cadastrais, a conferência da validade de toda a documentação considerada isenta. Havendo qualquer documento com validade vencida e não tendo a licitante encaminhado outro válido, junto à documentação, tal situação implicará na desclassificação do licitante bem como na aplicação das sanções legais, salvo se a licitante for microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), às quais é permitida a regularização e apresentação de



novos documentos de regularidade fiscal, em virtude do benefício concedido pela Lei Complementar Estadual nº 117/2015.

64. Não serão aceitos certificados de registro cadastral de outros órgãos públicos.

65. Não será aceito o certificado de registro cadastral extraído do SICAF, uma vez que as informações dos fornecedores ali contidas, tem validade exclusivamente, para os órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional, no âmbito do SISG (Sistema de Serviços Gerais), não se constituindo, em hipótese alguma, em documento comprobatório da regularidade de fornecedor junto a órgãos ou entidades não usuários do sistema.

DOS RECURSOS

66. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

67. Após declarado o vencedor, o sistema abrirá opção para os proponentes recorrerem das decisões do Pregoeiro podendo fazê-lo por um período de 24 (vinte e quatro) horas, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, necessariamente via e-mail e em extensão "pdf" bem como em texto editável, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente.

68. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, no prazo acima estabelecido, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

69. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada de forma motivada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

70. Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo nos termos do art. 109, § 2º da Lei nº 8.666/93.

71. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

72. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO.



DA ADJUDICAÇÃO

73. Constatado o atendimento das exigências fixadas no ato convocatório, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

DO CONTRATO

74. À licitante vencedora será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, para a assinatura do contrato, após convocação, sob pena de decair o direito de prestação dos serviços.

75. A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais.

76. É facultado ao Tribunal de Justiça, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar, respeitando a ordem de classificação, licitante remanescente para, estando o mesmo habilitado, efetuar o fornecimento, no prazo e condições propostas pelo primeiro licitante classificado.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

77. Os serviços serão prestados nos prazos, condições e locais estabelecidos no Termo de Referência.

DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

78. A licitação de que trata o presente edital, poderá ser revogada ou anulada pela autoridade competente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, nos termos do art. 49, da Lei 8.666/93.

DO PAGAMENTO

79. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a apresentação da Nota Fiscal, recebimento e ateste do gestor do contrato.

80. Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido, por responsabilidade exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sobre o mesmo incorrerá multa de mora com base no INPC do IBGE, *pro rata temporis*.



DO INADIMPLEMENTO

81. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades:

- I** – advertência;
- II** – multa;
- III** – suspensão de contratar com o Tribunal de Justiça;
- IV** – impedimento de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça;
- V** – declaração de inidoneidade.

82. O Tribunal de Justiça, na quantificação da pena de multa, observará o seguinte:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da parte do fornecimento e/ou do serviço não realizado, ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

83. Sem prejuízo das multas aplicadas, poderá a Administração, ao seu interesse, rescindir o contrato em caso de atraso superior ao sexagésimo dia sobre o fornecimento parcial ou integral do objeto ou etapa do cronograma físico da obra não cumprido, se for o caso.

84. As multas serão descontadas de qualquer crédito da empresa contratada. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a contratada deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

85. A penalidade de multa, que poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, e a sua cobrança, não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

86. A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração serão graduados pelos seguintes prazos:

I – 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o CONTRATADO tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria/materiais fornecidos;



II – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução do objeto, do serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de serviço ou do fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;

d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

e) recusar a retirada da nota de empenho ou assinatura do contrato no prazo estabelecido, sem justa causa.

87. Ficará impedida de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de 2 (dois) anos, garantido o devido processo legal, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, a empresa que:

a) deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa;

b) fraudar a execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo;

d) cometer fraude fiscal; ou

e) fizer declaração falsa.

88. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

89. Entregar os serviços em conformidade com o estabelecido no edital e anexo(s).

90. Comunicar ao titular da Divisão de Serviços Gerais (quanto ao lote **1**), e aos Diretores dos Fóruns das respectivas comarcas (quanto aos lotes **2 e 3**), todas e quaisquer ocorrências relativas aos serviços a serem prestados e, no caso da impossibilidade de prestação dos mesmos, comunicar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da ocorrência, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

91. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação, consoante o disposto no art. 71 da Lei nº 8.666/93.

92. Aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, os acréscimos ou



supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da compra.

93. Atender as obrigações constantes do Termo de Referência.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

94. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a contratação e prestação dos serviços.

95. Efetuar, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite dos serviços.

96. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa contratada entregar fora das especificações do edital e anexo(s).

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

97. É facultado ao Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

98. Fica assegurado ao Tribunal de Justiça o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

99. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas não sendo o Tribunal de Justiça, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório e de eventual cancelamento ou anulação do certame ou de parte de seu objeto.

100. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

101. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro(a) em contrário.

102. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal de Justiça.

103. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor



da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

104. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito ao fornecimento do objeto licitado.

105. A ata referente à sessão pública deste certame, além da publicação de seu extrato no Diário de Justiça Eletrônico, bem como os atos e os procedimentos relativos aos recursos interpostos e as respostas a eventuais pedidos de esclarecimento serão divulgados, para conhecimento público, na internet, no site <http://www.tjgo.jus.br> na página Licitação/Relatório 2018.

106. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520/02, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decreto Estadual nº 7.468/2011 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, e à legislação comum, que se aplicará, inclusive, aos casos omissos.

107. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais, formuladas por escrito até 03 (três) dias consecutivos antes da realização do certame.

108. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o desta Capital, com exclusão de qualquer outro.

Para conhecimento dos interessados, lavrou-se o presente edital, que será afixado no quadro da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizado no térreo do edifício do Palácio da Justiça, à Avenida Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, em Goiânia-GO e publicado na internet, no endereço www.tjgo.jus.br, estando a Secretaria à disposição dos interessados para mais informações, no horário de 08h00 às 18h00, através dos telefones (062) 3236-2433 e 3236-2435 ou pelo e-mail licitacao@tjgo.jus.br.

Goiânia, 06 de fevereiro de 2018.

Rogério Jayme
Pregoeiro



ANEXO I

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2018 – PREGÃO ELETRÔNICO

MINUTA CONTRATUAL

Contrato para o fornecimento mensal de água mineral sem gás, acondicionada em garrações de 20 l, incluindo o serviço de entrega e o empréstimo dos vasilhames, para atender as necessidades das Comarcas de Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, sob demanda e pelo período de 12 (doze) meses, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e a empresa

_____.

Pelo presente contrato firmado à vista dos autos nº 201709000055170, e do Despacho Homologatório nº ____/2018, fls.____, da Licitação Nº 007/2018, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, situado na Av. Assis Chateaubriand, nº195, Setor Oeste, cidade de Goiânia-GO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.050.330/0001-17, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Diretora Geral, **Srª Aparecida Auxiliadora Magalhães Santos**, brasileira, servidora pública, residente e domiciliada nesta Capital, e a empresa _____, situada _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, Portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, têm entre si justo e combinado o presente contrato, oriundo da licitação realizada, conforme Edital Nº 007/2018, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, sob sujeição às normas da Lei Federal nº 10.520/2002, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº17.928/2012, com suas alterações e observadas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente contrato o fornecimento mensal de água mineral sem gás, acondicionada em garrações de 20 l, incluindo o serviço de entrega e o empréstimo dos vasilhames, para atender as necessidades das Comarcas de Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, sob demanda e pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Este ajuste está vinculado ao Edital de Licitação Nº 007/2018, na modalidade Pregão Eletrônico e seus anexos, bem como aos termos da proposta da CONTRATADA



que passa a integrar como parte inseparável, o presente contrato, como se transcritos fossem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor da contratação é de R\$ _____ (_____).

Parágrafo único. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante recibo, ao gestor do contrato, que providenciará o ateste e a formalização de procedimento administrativo.

§1º No encaminhamento da Nota Fiscal/Fatura para pagamento, esta deverá vir acompanhada do comprovante do recolhimento do Imposto sobre Serviços – ISS, devidamente pago, correspondente aos serviços prestados ou o documento de arrecadação do ISS para que o CONTRATANTE efetue a retenção e recolhimento do tributo.

§2º Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido, por responsabilidade exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sobre o mesmo incorrerá multa de mora com base no INPC do IBGE, *pro rata temporis*.

§3º Os autos de pagamento serão instruídos, no mínimo, com os seguintes documentos:

- I – Certidão de Regularidade do FGTS;
- II – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III – Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

§4º A ausência de qualquer documento ou a ocorrência de qualquer fato de responsabilidade da CONTRATADA que impeça a regular tramitação do procedimento de pagamento implicará na suspensão do prazo previsto no *caput* da presente cláusula, isentando o contratante de qualquer responsabilidade pelo atraso no pagamento.



CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária 2018.0452.02.061.4001.4001 (Apoio administrativo), no elemento de despesa 3390.30.09 (Gêneros Alimentícios), constante do vigente orçamento, conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, no valor de R\$ _____(_____).

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1 – A CONTRATADA deve:

1.1 Executar os serviços conforme especificações da proposta, Edital, Termo de Referência e anexos, em perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.4 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

1.5 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

1.6 No caso de serviços que envolvam o desenvolvimento de produtos e projetos:

1.6.1 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

1.6.2 Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

1.6.3 Assegurar ao CONTRATANTE:

1.6.3.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas de forma permanente, permitindo ao CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

1.6.3.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e dos demais produtos gerados na execução



do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, são de propriedade exclusiva do CONTRATANTE, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

§1º A inadimplência da CONTRATADA em relação aos seus trabalhadores e fornecedores não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.

§2º São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a) a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- b) subcontratação para a execução do objeto deste contrato, sem a prévia e expressa autorização do contratante;
- c) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

2 - O CONTRATANTE deve:

2.1 Efetuar o pagamento do valor resultante da prestação dos serviços à CONTRATADA após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato;

2.2 Proporcionar as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as disposições deste contrato, do Edital e de seus respectivos anexos;

2.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, com o ato convocatório e com os termos de sua proposta;

2.4 Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para a sua correção;

2.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA prestar em desacordo com o estabelecido neste instrumento, no Edital e seu anexos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste contrato, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – suspensão de contratar com o Tribunal de Justiça;
- IV – impedimento de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça;
- V – declaração de inidoneidade.



§1º O Tribunal de Justiça, na quantificação da pena de multa, observará o seguinte:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da parte do fornecimento e/ou do serviço não realizado, ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

§2º Sem prejuízo das multas aplicadas, poderá o Contratante, ao seu interesse, rescindir o contrato em caso de atraso superior ao sexagésimo dia sobre o fornecimento parcial ou integral do objeto ou etapa do cronograma físico da obra não cumprido, se for o caso.

§3º As multas serão descontadas de qualquer crédito da CONTRATADA. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§4º A penalidade de multa, que poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, e a sua cobrança, não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

§5º A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração serão graduados pelos seguintes prazos:

I – 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o CONTRATADO tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria/materiais fornecidos;

II – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução do objeto, do serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de serviço ou do fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;

d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

e) recusar a retirada da nota de empenho ou assinatura do contrato no prazo



estabelecido, sem justa causa.

§6º Ficará impedida de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de 2 (dois) anos, garantido o devido processo legal, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- a) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- b) fraudar a execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) cometer fraude fiscal; ou
- e) fizer declaração falsa.

§7º Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 e artigo 81, III, da Lei Estadual nº 17.928/2012.

§8º O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

§9º Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

§10 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§1º A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§2º As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

O valor acima poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data limite para apresentação da proposta, em obediência ao comando do art. 40, XI, e art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93, c/c arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192/2001.



CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

São motivos para a rescisão do presente Contrato os elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, que obedecerá às disposições dos artigos 79 e 80, da Lei nº 8.666/93.

§1º A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

§2º O presente instrumento pode ser rescindido unilateralmente pelo Tribunal de Justiça antes do prazo estabelecido, mediante comunicação prévia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitando o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBORDINAÇÃO LEGAL

As partes submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei nº 8.666/1993, da Lei Estadual nº 17.928/2012 e legislação comum, que se aplicará, inclusive, aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO

Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada: quanto ao Lote 1, o Diretor da Divisão de Serviços Gerais da Diretoria Administrativa na Comarca de Goiânia, e quanto aos Lotes 2 e 3, os Diretores dos Fóruns das respectivas comarcas, ou servidores por eles designados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento tem vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas que porventura surgirem em decorrência da execução do presente contrato.

E por estarem justas e combinadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo.



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

Goiânia, aos ____ dias do mês de _____ de 2018.

Aparecida Auxiliadora Magalhães Santos
Diretora Geral do Tribunal de Justiça de Goiás
CONTRATANTE

(REPRESENTANTE DA EMPRESA)
CONTRATADA

Testemunhas: _____



ANEXO II

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2018 – PREGÃO ELETRÔNICO

TERMO DE REFERÊNCIA

- **OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- Contratação de pessoa jurídica para fornecimento mensal de água mineral sem gás, acondicionada em garrações de 20 l, incluindo o serviço de entrega e o empréstimo dos vasilhames, para atender as necessidades das Comarcas de: Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as condições, especificações e quantidades constantes deste Termo de Referência e Anexo.
- Fazem parte do objeto os LOTES especificados no Anexo I.
- O fornecimento dos produtos será executado sob demanda, por meio da emissão de Ordem de Serviço e deverão ser entregues de forma parcelada.

- **JUSTIFICATIVA**

- Garantir o fornecimento de água mineral para consumo nas unidades administrativas e judiciárias das comarcas citadas, relacionadas no Anexo I, visando atender aos magistrados, servidores e demais frequentadores das referidas unidades.
- Tendo em vista que o contrato em vigor está se exaurindo, faz-se necessária a abertura de novo procedimento licitatório, visando uma nova contratação.
- A aquisição em questão tem como base o consumo registrado nos últimos 12 meses.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E DA DEMANDA



3.1 A água mineral deverá ser sem gás, de primeira qualidade, com as seguintes características:

3.1.1 Ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, segundo código de águas minerais, obedecer às características microbiológicas para água mineral natural e água natural da Resolução RDC da ANVISA nº 275/2005 e estar de acordo com o Regulamento Técnico para Águas Envasadas e Gelo – Resolução RDC da ANVISA nº 274/2005.

3.2 Os garrafões disponibilizados pela contratada deverão obedecer em seu processo de fabricação às normas constantes da ABNT NBR 1422, que dispõe sobre o garrafão retornável e nos requisitos e métodos de ensaio as normas da ABNT NBR 14328 que dispõe sobre a tampa para garrafão retornável.

3.3 Os garrafões disponibilizados pela contratada deverão ser de polipropileno ou policarbonato, liso, transparente, ter capacidade de acondicionamento para 20 litros de água mineral, resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados, vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas.

3.4 Os rótulos utilizados no envasamento da água mineral e/ou potável de mesa deverão estar de acordo com a Portaria nº 470/1999, do Departamento Nacional de Produção Mineral, de modo que identifique bem o produto, a qualidade, prazo de validade e sua fonte de extração.

3.5 Os vasilhames plásticos retornáveis para envase deverão observar os termos da Portaria nº 387/2008, do DNPM, principalmente no que se refere à data limite de 03 (três) anos de sua vida útil.

3.6 Os quantitativos máximos estimados de fornecimento por unidade estão definidos no Anexo I.

3.7 Outras unidades judiciárias e administrativas poderão ser acrescentadas durante a vigência do contrato, com readequação dos quantitativos estimados por unidade.

3.8 Durante o período de execução contratual poderá haver mudança do local de entrega.

- **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**



Para participar da licitação será exigido das empresas, além dos documentos referidos no Edital do Pregão:

4.1 Apresentar laudo de análise microbiológica completa segundo Resolução RDC da ANVISA nº 275/2015.

4.2. Apresentar laudo de análise dos contaminantes segundo Resolução RDC da ANVISA nº 274/2015 da fonte.

4.3 Alvará de funcionamento da fonte expedido pelo Ministério de Minas e Energia.

4.4 Comprovação da concessão do registro do Produto na Secretaria de Vigilância Sanitária.

4.5 Apresentar cópia da Portaria de Lavra fornecida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM


• **DAS SOLICITAÇÕES DE FORNECIMENTO**

◦ As solicitações do lote 1 serão efetuadas por meio do e-mail: servicosgerais@tjgo.jus.br e as demais pelos e-mails das comarcas, que preencherão as ordens de serviço para o fornecimento da água e as remeterão para a empresa contratada.

◦ A contratada manterá constante gerenciamento de conta de e-mail previamente indicada, mantendo-a ativa durante o prazo de prestação de serviços.

◦ A empresa contratada deverá acusar o recebimento do e-mail, solicitando o serviço, no prazo máximo de 1 (uma) hora após o seu encaminhamento.

◦ Decorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da contratada, a solicitação da ordem de serviço será considerada como recebida, iniciada a contagem do prazo para atendimento, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

 O controle do atendimento será realizado pelo Gestor do Contrato ou servidor por ele designado, que atestará a prestação dos serviços solicitados, quando do recebimento da Nota Fiscal.

• **DO LOCAL, PRAZO, HORÁRIO E FORNECIMENTO DA ENTREGA**



6.1 A água deverá ser entregue no local indicado no e-mail solicitante, conforme endereços do Anexo I.

6.2 A água deverá ser entregue:

6.2.1 No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem de serviço.

6.3 As entregas deverão ocorrer no horário compreendido entre 08:00h e 17:00h, de segunda à sexta feira;

6.4 No ato do recebimento dos itens solicitados será realizada conferência. Os produtos que não atenderem às especificações definidas serão devolvidos imediatamente a Contratada para substituição.

6.5 Fica a cargo da Contratada o fornecimento do quantitativo necessário de galões de polipropileno ou policarbonato de 20 (vinte) litros, a título de empréstimo durante a gestão de todo o contrato. Ressalta-se que ficará sob responsabilidade da empresa Contratada o recolhimento dos garrafões / vasilhames que estiverem com sua data de validade expirada, ficando a mesma responsável por substituí-los.

6.5 No ato da entrega do produto deverá a Contratada emitir **recibo**, nele especificando as quantidades entregues, de acordo com a necessidade da Contratante.

6.6 Caso haja algum vasilhame danificado ou com vazamento, fica sob a responsabilidade da empresa Contratada a substituição de imediato do garrafão/vasilhame, sem nenhum ônus para o Contratante.

6.7 Havendo solicitação emergencial da Contratante à empresa Contratada o atendimento deverá ser realizado em até 4 (quatro) horas.

6.8 A entrega do produto contratado deverá ser feita com qualidade e agilidade, tanto a emergencial, como a normal.

6.9 As notas fiscais emitidas pela empresa Contratada deverão ser encaminhadas ao respectivo gestor de cada lote, para posterior ateste.

• DA GESTÃO DO CONTRATO



7.1 Fica designado como gestor do Lote 1, o Diretor da Divisão de Serviços Gerais da Diretoria Administrativa na Comarca de Goiânia, e dos Lotes 2 e 3, os Diretores dos Fóruns das respectivas comarcas, ou servidores por eles designados.

7.2 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de cada unidade, o qual deverá guardar os recibos referentes às entregas, quando comprovada a sua fiel e correta execução, para fins de pagamento.

7.3 O Gestor se responsabilizará por receber e atestar as notas fiscais do seu lote, após conferência dos recibos emitidos pela contratada, comprovando o consumo;

7.3 O contratante comunicará à empresa, por escrito, as deficiências verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.4 O gestor do contrato poderá recusar e solicitar que sejam substituídos os produtos que não estejam de acordo com as especificações e qualidade, determinando prazo para a correção de possíveis falhas ou substituições.

• **DA VIGÊNCIA**

8.1. O contrato decorrente da licitação vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

• **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1 Acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual.

9.2 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus trabalhos dentro das normas do contrato.

9.3 Requisitar o fornecimento dos produtos, na forma prevista neste Termo de Referência.

9.4 Verificar, no ato da entrega das águas pela Contratada, o prazo de validade nas garrafas e garrafões. Caso o referido prazo seja inferior a 60 (sessenta) dias em relação à data de vencimento, recusar o recebimento do produto.

9.5 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com a Nota Fiscal/Fatura discriminativa correspondente às quantidades efetivamente entregues.

9.6 Comunicar à Contratada as irregularidades observadas na execução do Contrato.



9.7 Verificar a manutenção, pelo fornecedor, das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

9.8 Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

9.9 Rejeitar, no todo ou em parte, a água mineral entregue em desacordo com as especificações descritas neste Termo e com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

- **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Contratante, em até 24 (vinte quatro) horas.

10.2 Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

10.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto da licitação.

10.4 Entregar o objeto dentro das quantidades, especificações e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

10.6 Aceitar nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários e forem solicitados, dentro do permissivo legal.

10.7 Arcar com todas as despesas decorrentes do transporte, assim como quaisquer outras afetas à entrega do objeto.

- **PAGAMENTO**

- O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato, e com apresentação de toda documentação exigível.

- A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade a proposta apresentada e a prestação do serviço realizada.



◦ Sem prejuízo da documentação a que se refere o subitem acima, a Nota Fiscal deverá esta acompanhada das cópias dos recibos emitidos pela empresa quando da prestação do serviço.

11.4 Havendo erros no documento de cobrança, ou ocorrendo qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, a quitação ficará sobrestada até que seja procedida a regularização.

11.5 O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado, desde que a contratada efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

11.6 Para execução do pagamento de que trata o subitem anterior, o contratado deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Fundo de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário, CNPJ nº 02.050.330/0001-17, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

11.7 Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

11.8 A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela contratada, diretamente ao Gestor de cada lote, que atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

◦ A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

11.10 O pagamento de que se trata o subitem anterior só será efetivado se a contratante estiver em situação regular, a saber:

11.10.1 PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da sede ou filial da contratante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar



igualdade de CNPJ:

11.10.1.1 CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITO, REFERENTE À QUITAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

11.10.1.2 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO.

11.10.1.3 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO.

11.10.2 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da contratante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

11.10.4 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS, OU EQUIVALENTE, quanto a Seguridade Social (INSS), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, da sede ou filial(is) da contratante, caso existentes, devendo a mesma ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

11.10.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.11 Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ, ressalvando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos e filiais do contratante.

11.12 O pagamento não será efetuado enquanto a contratante estiver pendente de liquidação com qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

11.13 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da Contratada, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.



11.14 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o TJGO.

11.15 O pagamento será efetuado somente após as notas fiscais serem conferidas, aceitas e atestadas pelo Diretor da Divisão de Serviços Gerais, sendo precedido de consulta ao SICAF, para comprovação do cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts. 27 a 32 da Lei nº 8.666/93.

11.16 Na hipótese de irregularidade da Contratada no Cadastro ou Habilitação junto ao SICAF, providenciar-se-á sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e de rescisão do contrato, resguardada a ampla defesa.

11.17 Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada ao TJGO, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

11.18 O pagamento efetuado pelo TJGO não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

• DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

◦ O custo máximo aceito pela Administração Pública para o objeto do presente Termo de Referência será apurado pela Divisão de Compras, por meio de pesquisa dos preços praticados no mercado com empresas do ramo de atividade, bem como em contratações similares de outros órgãos públicos ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

◦ A proposta conterà todas as despesas para realização dos serviços tais como: impostos, taxas, tributos, transportes e pagamentos de funcionários, ferramentas, materi-



ais, equipamentos e todos os acessórios e meios necessários para pronta entrega em cumprimento dos serviços contratados.

- **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos para aquisição do objeto do presente termo de referência correrão à conta de recursos orçamentários próprios do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

- **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Serão aplicadas as penalidades previstas na legislação vigente, em caso de descumprimento das obrigações constantes deste Termo de Referência, além daquelas previstas no Edital de Licitação e no Contrato, assegurada prévia e ampla defesa.

- **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- A Contratada obedecerá aos critérios de gestão ambiental estabelecidos nas legislações, normas e regulamentos específicos ao serviço, visando à melhoria e o desempenho dos processos de trabalho quanto aos aspectos ambientais, sociais e econômicos.
- A Contratada deverá exercer suas atividades promovendo a conservação dos recursos naturais, sejam eles hídricos, edáficos e atmosféricos.
- As atividades desempenhadas pela Contratada devem ser conduzidas considerando a preservação, conservação e a recuperação do ecossistema, desenvolvendo suas ações de forma a valorizar o bem estar dos trabalhadores, promovendo a qualidade de vida.
- A Contratada deve realizar suas atividades de modo a minimizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos sobre a flora e a fauna, preservando, conservando e recuperando ecossistemas locais.



- A Contratada deverá, durante a vigência do contrato, cumprir e atualizar-se, quando necessário, a legislação referente à logística reversa dos resíduos sólidos.
- A Contratada deve adotar plano de gestão de resíduos sólidos, visando:
 - Coleta seletiva de resíduos sólidos, aproveitamento dos resíduos gerados e
 - Controle, tratamento e destinação adequados de resíduos e rejeitos sólidos.

• DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Além das obrigações explicitadas neste Termo de Referência, fica(m) o(s) licitante(s) interessados a apresentarem:

16.1.1 Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:

16.1.1.1 Não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (conforme inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93).

16.1.1.2. Havendo superveniência de fato impeditivo à participação do certame, fica a licitante obrigada a declará-lo, sob pena das sanções legais cabíveis.

16.1.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação nesta licitação.

16.1.3. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme IN SLTI/MPOG nº 02/09.

16.1.4. Declaração de Compromisso e Responsabilidade Ambiental, Social e Econômica.

16.2. Não será mantido ou aditado o presente instrumento, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07/2005, atualizada com a redação dada pela Resolução nº 09/2005, do Conselho Nacional de Justiça.



16.3. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a anulação da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração do Tribunal de Justiça de Goiás, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

16.5. Não poderão participar do presente certame as sociedades empresárias que estiverem em concordata, em recuperação judicial ou extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial, bem como as sociedades empresárias estrangeiras que não funcionem no país, consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, e nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos pelo TJGO com suspensão do direito de licitar e contratar.

16.6. Também não poderão participar do presente certame as sociedades empresárias prestadoras de serviços que tenham sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, até o terceiro grau, de membros, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, dos órgãos do TJGO.

Goiânia, 6 de novembro de 2017.

Elaboração:

Tatiana Rodrigues Ferreira
Diretora da Divisão de Serviços Gerais

De acordo:

Lillian Ferreira Leal de Moraes Couto
Diretora Administrativa



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para fornecimento mensal de água mineral sem gás, acondicionada em garrações de 20 l, incluindo o serviço de entrega e o empréstimo dos vasilhames, para atender as necessidades das Comarcas de: Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as condições, especificações e quantidades constantes deste Termo de Referência e Anexo.

1.2 Fazem parte do objeto os LOTES especificados no Anexo I.

1.3 O fornecimento dos produtos será executado sob demanda, por meio da emissão de Ordem de Serviço e deverão ser entregues de forma parcelada.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Garantir o fornecimento de água mineral para consumo nas unidades administrativas e judiciárias das comarcas citadas, relacionadas no Anexo I, visando atender aos magistrados, servidores e demais frequentadores das referidas unidades.

2.2 Tendo em vista que o contrato em vigor está se exaurindo, faz-se necessária a abertura de novo procedimento licitatório, visando uma nova contratação.

2.3 A aquisição em questão tem como base o consumo registrado nos últimos 12 meses.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E DA DEMANDA

3.1 A água mineral deverá ser sem gás, de primeira qualidade, com as seguintes características:



3.1.1 Ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, segundo código de águas minerais, obedecer às características microbiológicas para água mineral natural e água natural da Resolução RDC da ANVISA nº 275/2005 e estar de acordo com o Regulamento Técnico para Águas Envasadas e Gelo – Resolução RDC da ANVISA nº 274/2005.

3.2 Os garrafões disponibilizados pela contratada deverão obedecer em seu processo de fabricação às normas constantes da ABNT NBR 1422, que dispõe sobre o garrafão retornável e nos requisitos e métodos de ensaio as normas da ABNT NBR 14328 que dispõe sobre a tampa para garrafão retornável.

3.3 Os garrafões disponibilizados pela contratada deverão ser de polipropileno ou policarbonato, liso, transparente, ter capacidade de acondicionamento para 20 litros de água mineral, resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados, vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas.

3.4 Os rótulos utilizados no envasamento da água mineral e/ou potável de mesa deverão estar de acordo com a Portaria nº 470/1999, do Departamento Nacional de Produção Mineral, de modo que identifique bem o produto, a qualidade, prazo de validade e sua fonte de extração.

3.5 Os vasilhames plásticos retornáveis para envase deverão observar os termos da Portaria nº 387/2008, do DNPM, principalmente no que se refere à data limite de 03 (três) anos de sua vida útil.

3.6 Os quantitativos máximos estimados de fornecimento por unidade estão definidos no Anexo I.

3.7 Outras unidades judiciárias e administrativas poderão ser acrescentadas durante a vigência do contrato, com readequação dos quantitativos estimados por unidade.

3.8 Durante o período de execução contratual poderá haver mudança do local de entrega.



4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para participar da licitação será exigido das empresas, além dos documentos referidos no Edital do Pregão:

4.1 Apresentar laudo de análise microbiológica completa segundo Resolução RDC da ANVISA nº 275/2015.

4.2. Apresentar laudo de análise dos contaminantes segundo Resolução RDC da ANVISA nº 274/2015 da fonte.

4.3 Alvará de funcionamento da fonte expedido pelo Ministério de Minas e Energia.

4.4 Comprovação da concessão do registro do Produto na Secretaria de Vigilância Sanitária.

4.5 Apresentar cópia da Portaria de Lavra fornecida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

5. DAS SOLICITAÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 As solicitações do lote 1 serão efetuadas por meio do e-mail: servicosgerais@tjgo.jus.br e as demais pelos e-mails das comarcas, que preencherão as ordens de serviço para o fornecimento da água e as remeterão para a empresa contratada.

5.2 A contratada manterá constante gerenciamento de conta de e-mail previamente indicada, mantendo-a ativa durante o prazo de prestação de serviços.

5.3 A empresa contratada deverá acusar o recebimento do e-mail, solicitando o serviço, no prazo máximo de 1 (uma) hora após o seu encaminhamento.

5.4 Decorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da contratada, a solicitação da ordem de serviço será considerada como recebida, iniciada a contagem do prazo para atendimento, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

5.1 O controle do atendimento será realizado pelo Gestor do Contrato ou



servidor por ele designado, que atestará a prestação dos serviços solicitados, quando do recebimento da Nota Fiscal.

6. DO LOCAL, PRAZO, HORÁRIO E FORNECIMENTO DA ENTREGA

6.1 A água deverá ser entregue no local indicado no e-mail solicitante, conforme endereços do Anexo I.

6.2 A água deverá ser entregue:

6.2.1 No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem de serviço.

6.3 As entregas deverão ocorrer no horário compreendido entre 08:00h e 17:00h, de segunda à sexta feira;

6.4 No ato do recebimento dos itens solicitados será realizada conferência. Os produtos que não atenderem às especificações definidas serão devolvidos imediatamente a Contratada para substituição.

6.5 Fica a cargo da Contratada o fornecimento do quantitativo necessário de galões de polipropileno ou policarbonato de 20 (vinte) litros, a título de empréstimo durante a gestão de todo o contrato. Ressalta-se que ficará sob responsabilidade da empresa Contratada o recolhimento dos garrafões / vasilhames que estiverem com sua data de validade expirada, ficando a mesma responsável por substituí-los.

6.5 No ato da entrega do produto deverá a Contratada emitir **recibo**, nele especificando as quantidades entregues, de acordo com a necessidade da Contratante.

6.6 Caso haja algum vasilhame danificado ou com vazamento, fica sob a responsabilidade da empresa Contratada a substituição de imediato do garrafão/vasilhame, sem nenhum ônus para o Contratante.

6.7 Havendo solicitação emergencial da Contratante à empresa Contratada o atendimento deverá ser realizado em até 4 (quatro) horas.

6.8 A entrega do produto contratado deverá ser feita com qualidade e agilidade, tanto a emergencial, como a normal.

6.9 As notas fiscais emitidas pela empresa Contratada deverão ser



encaminhadas ao respectivo gestor de cada lote, para posterior ateste.

7. DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1 Fica designado como gestor do Lote 1, o Diretor da Divisão de Serviços Gerais da Diretoria Administrativa na Comarca de Goiânia, e dos Lotes 2 e 3, os Diretores dos Fóruns das respectivas comarcas, ou servidores por eles designados.

7.2 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de cada unidade, o qual deverá guardar os recibos referentes às entregas, quando comprovada a sua fiel e correta execução, para fins de pagamento.

7.3 O Gestor se responsabilizará por receber e atestar as notas fiscais do seu lote, após conferência dos recibos emitidos pela contratada, comprovando o consumo;

7.3 O contratante comunicará à empresa, por escrito, as deficiências verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.4 O gestor do contrato poderá recusar e solicitar que sejam substituídos os produtos que não estejam de acordo com as especificações e qualidade, determinando prazo para a correção de possíveis falhas ou substituições.

8. DA VIGÊNCIA

8.1. O contrato decorrente da licitação vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual.

9.2 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus trabalhos dentro das normas do contrato.

9.3 Requisitar o fornecimento dos produtos, na forma prevista neste Termo de



Referência.

9.4 Verificar, no ato da entrega das águas pela Contratada, o prazo de validade nas garrafas e garrafões. Caso o referido prazo seja inferior a 60 (sessenta) dias em relação à data de vencimento, recusar o recebimento do produto.

9.5 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com a Nota Fiscal/Fatura discriminativa correspondente às quantidades efetivamente entregues.

9.6 Comunicar à Contratada as irregularidades observadas na execução do Contrato.

9.7 Verificar a manutenção, pelo fornecedor, das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

9.8 Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

9.9 Rejeitar, no todo ou em parte, a água mineral entregue em desacordo com as especificações descritas neste Termo e com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Contratante, em até 24 (vinte quatro) horas.

10.2 Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

10.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto da licitação.

10.4 Entregar o objeto dentro das quantidades, especificações e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

10.6 Aceitar nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários e forem solicitados, dentro do permissivo legal.

10.7 Arcar com todas as despesas decorrentes do transporte, assim como quaisquer outras afetas à entrega do objeto.



11. PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato, e com apresentação de toda documentação exigível.

11.2 A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade a proposta apresentada e a prestação do serviço realizada.

11.3 Sem prejuízo da documentação a que se refere o subitem acima, a Nota Fiscal deverá esta acompanhada das cópias dos recibos emitidos pela empresa quando da prestação do serviço.

11.4 Havendo erros no documento de cobrança, ou ocorrendo qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, a quitação ficará sobrestada até que seja procedida a regularização.

11.5 O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado, desde que a contratada efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

11.6 Para execução do pagamento de que trata o subitem anterior, o contratado deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Fundo de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário, CNPJ nº 02.050.330/0001-17, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

11.7 Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

11.8 A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela contratada, diretamente ao Gestor de cada lote, que atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

11.9 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos



documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

11.10 O pagamento de que se trata o subitem anterior só será efetivado se a contratante estiver em situação regular, a saber:

11.10.1 PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da sede ou filial da contratante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ:

11.10.1.1 CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITO, REFERENTE À QUITAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

11.10.1.2 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO.

11.10.1.3 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO.

11.10.2 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da contratante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

11.10.4 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS, OU EQUIVALENTE, quanto a Seguridade Social (INSS), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, da sede ou filial(is) da contratante, caso existentes, devendo a mesma ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

11.10.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943.



11.11 Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ, ressalvando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos e filiais do contratante.

11.12 O pagamento não será efetuado enquanto a contratante estiver pendente de liquidação com qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

11.13 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da Contratada, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

11.14 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o TJGO.

11.15 O pagamento será efetuado somente após as notas fiscais serem conferidas, aceitas e atestadas pelo Diretor da Divisão de Serviços Gerais, sendo precedido de consulta ao SICAF, para comprovação do cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts. 27 a 32 da Lei nº 8.666/93.

11.16 Na hipótese de irregularidade da Contratada no Cadastro ou Habilitação junto ao SICAF, providenciar-se-á sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e de rescisão do contrato, resguardada a ampla defesa.

11.17 Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada ao TJGO, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

11.18 O pagamento efetuado pelo TJGO não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas.



12. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

12.1 O custo máximo aceito pela Administração Pública para o objeto do presente Termo de Referência será apurado pela Divisão de Compras, por meio de pesquisa dos preços praticados no mercado com empresas do ramo de atividade, bem como em contratações similares de outros órgãos públicos ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

12.2 A proposta conterá todas as despesas para realização dos serviços tais como: impostos, taxas, tributos, transportes e pagamentos de funcionários, ferramentas, materiais, equipamentos e todos os acessórios e meios necessários para pronta entrega em cumprimento dos serviços contratados.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para aquisição do objeto do presente termo de referência correrão à conta de recursos orçamentários próprios do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Serão aplicadas as penalidades previstas na legislação vigente, em caso de descumprimento das obrigações constantes deste Termo de Referência, além daquelas previstas no Edital de Licitação e no Contrato, assegurada prévia e ampla defesa.

15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

15.1 A Contratada obedecerá aos critérios de gestão ambiental estabelecidos nas legislações, normas e regulamentos específicos ao serviço, visando à



melhoria e o desempenho dos processos de trabalho quanto aos aspectos ambientais, sociais e econômicos.

15.2 A Contratada deverá exercer suas atividades promovendo a conservação dos recursos naturais, sejam eles hídricos, edáficos e atmosféricos.

15.3 As atividades desempenhadas pela Contratada devem ser conduzidas considerando a preservação, conservação e a recuperação do ecossistema, desenvolvendo suas ações de forma a valorizar o bem estar dos trabalhadores, promovendo a qualidade de vida.

15.4 A Contratada deve realizar suas atividades de modo a minimizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos sobre a flora e a fauna, preservando, conservando e recuperando ecossistemas locais.

15.5 A Contratada deverá, durante a vigência do contrato, cumprir e atualizar-se, quando necessário, a legislação referente à logística reversa dos resíduos sólidos.

15.6 A Contratada deve adotar plano de gestão de resíduos sólidos, visando:

- a) Coleta seletiva de resíduos sólidos, aproveitamento dos resíduos gerados e
- b) Controle, tratamento e destinação adequados de resíduos e rejeitos sólidos.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Além das obrigações explicitadas neste Termo de Referência, fica(m) o(s) licitante(s) interessados a apresentarem:

16.1.1 Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:

16.1.1.1 Não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (conforme inciso V do art. 27 da Lei n.º



8.666/93).

16.1.1.2. Havendo superveniência de fato impeditivo à participação do certame, fica a licitante obrigada a declará-lo, sob pena das sanções legais cabíveis.

16.1.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação nesta licitação.

16.1.3. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme IN SLTI/MPOG nº 02/09.

16.1.4. Declaração de Compromisso e Responsabilidade Ambiental, Social e Econômica.

16.2. Não será mantido ou aditado o presente instrumento, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07/2005, atualizada com a redação dada pela Resolução nº 09/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

16.3. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a anulação da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração do Tribunal de Justiça de Goiás, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

16.5. Não poderão participar do presente certame as sociedades empresárias que estiverem em concordata, em recuperação judicial ou extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial, bem como as sociedades empresárias



estrangeiras que não funcionem no país, consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, e nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos pelo TJGO com suspensão do direito de licitar e contratar.

16.6. Também não poderão participar do presente certame as sociedades empresárias prestadoras de serviços que tenham sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, até o terceiro grau, de membros, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, dos órgãos do TJGO.

Goiânia, 6 de novembro de 2017.

Elaboração:

Tatiana Rodrigues Ferreira
Diretora da Divisão de Serviços Gerais

De acordo:

Lillian Ferreira Leal de Moraes Couto
Diretora Administrativa



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Anexo 1 do Termo de Referência

LOTE	ITEM	LOCAL DE EXECUÇÃO	EDIFÍCIO	ENDEREÇO	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO
					MENSAL	ANUAL
					20 LITROS	20 LITROS
1	1	Goiânia	2º Juizado Especial Cível	Av. T-10, nº 664. Qd. 104, Lt. 11 - Setor Bueno	10	120
	2		4º Juizado Especial Cível	Praça Universitária (Fac. De Direito - UFG) - Setor Universitário	10	120
	3		6º Juizado Especial Cível	Av. Iguaçú, esquina com Rua Cruz Alta – Jardim Novo Mundo	10	120
	4		Anexo - Rua 18 - Engenharia	Rua 18, esquina com Av. 85, nº 508 – Setor Oeste	35	420
	5		Arquivo Judicial	Av. José Inácio Sobrinho, nº 211 – Setor Marabá – Próximo Av. Perimetral Norte	10	120
	6		Auditoria Militar	Av. Anhaguera esquina com Rua 17, Qd. 132 Lt.27 - Bairro Aeroviário	20	240
	7		Centro de Distribuição	Av. PI-03, esquina com Av. Olinda, Qd. G, Lt. 04 – Parque Lozandes	70	840
	8		Centro de Saúde	Rua 101, nº 301 – Setor Oeste	10	120
	9		Creche	Rua 101, Lt. 40, Qd. 17 – Setor Sul	20	240
	10		Gráfica	Av. Planalto, esquina com Av. Angélica, s/nº – Jardim Bela Vista	10	120
	11		Depósito Público		10	120
	12		Fórum Desembargador Fenelon Teodoro Reis	Rua 72, Qd. 15-C, Lt. 15/19, nº 312 – Jardim Goiás	520	6.240
	13		Tribunal de Justiça	Av. Assis Chateaubriand, nº 195 – Setor Oeste / Rua 10, nº 150 – Setor Oeste	1.220	14.640
	14		Fórum Dr. Heitor Moraes Fleury	Rua 10, nº 150 – Setor Oeste	540	6.480
	15		Fórum Cível	Av. Olinda, esquina com Rua PL-03, Qd. G Lt. 04, Park Lozandes	850	10.200
	16		Junta Médica	Praça Cícero Romão (antiga praça dos Violeiros) - Setor Urias Magalhães	20	240
	17		Juizado da Infância e da Juventude	Rua T-47 com Rua T-30, nº 669 – Setor Bueno	80	960
TOTAL LOTE 1					3.445	41.340
2	1	Anápolis	1º e 2º Juizado Especial Cível	Rua 29 de dezembro esquina com Travessa G, Qd. 1, Lt. 1, s/nº - Vila Esperança	350	4.200
	2		3º Juizado Especial Cível	Av. Universitária, s/nº Km 3,5 (FADA) – Setor Universitário		
	3		4º Juizado Especial Cível	Av. Universitária, nº 638, Bloco "C" - Faculdade Anhanguera – Bairro Maracananzinho		
	4		Depósito Público	Rua 4 A, nº 30 – Bairro Santo André		
	5		Fórum / 1º Juizado Especial Criminal	Av. Senador José Lourenço Dias, nº 1.311 - Centro		
	6		Juizado da Infância e da Juventude	Av. Miguel João, nº 145 – Centro		
TOTAL LOTE 2					350	4.200
3	1	Aparecida de Goiânia	Fórum de Aparecida de Goiânia / Juizado da Infância e da Juventude	Rua Versales, Qd. 03, Lts. 08/14 – Residencial Maria Luíza	370	4.440
	2		Fórum Garavelo / 1º e 2º Juizado Especial Cível / 1º Juizado Especial Criminal	Av. Atlântica, s/nº Qd. 03 – Jardim Boa Esperança/Setor Garavelo		
TOTAL LOTE 3					370	4.440
TOTAL GERAL (LOTES 1, 2 E 3)					4.165	49.980

ANEXO III
EDITAL Nº 007/2018 PREGÃO ELETRÔNICO
PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

ITEM	QTDE ANUAL	UNID.	ESPECIFICAÇÕES DO MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
LOTE 1 (ITEM COM COTAS DE ATÉ 25% DESTINADOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE)					
1	8.163	und	ÁGUA MINERAL GALÃO DE 20L – CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – LOTE 1 (GOIÂNIA – GO)	R\$ 9,80	R\$ 79.997,40
TOTAL DO LOTE 1					R\$ 79.997,40
LOTE 2					
2	33.177	und	ÁGUA MINERAL GALÃO DE 20L – CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – LOTE 1 (GOIÂNIA – GO)	R\$ 9,80	R\$ 325.134,60
TOTAL DO LOTE 2					R\$ 325.134,60
LOTE 3 (EXCLUSIVO À MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE)					
3	4.200	und	ÁGUA MINERAL GALÃO DE 20L – CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – LOTE 2 (ANÁPOLIS – GO)	R\$ 9,93	R\$ 41.706,00
TOTAL DO LOTE 3					R\$ 41.706,00
LOTE 4 (EXCLUSIVO À MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE)					
4	4.440	und	ÁGUA MINERAL GALÃO DE 20L – CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – LOTE 3 (APARECIDA DE GOIÂNIA – GO)	R\$ 9,93	R\$ 44.089,20
TOTAL DO LOTE 4					R\$ 44.089,20
TOTAL DOS LOTES					R\$ 490.927,20

Goiânia, 06 de fevereiro de 2018

Rogério Jayme
Pregoeiro